

# A REVOLTA DOS GOVERNADOS DE 2013 NO BRASIL: DESCONSTRUINDO PRECONCEITOS ESTADOLÁTRICOS SOB O OLHAR DE MAIS LONGO PRAZO

THE REVOLT OF GOVERNMENTS OF 2013 IN BRAZIL: DECONSTRUCTING STATELTRY PREJUDICES FROM  
A LONGER-TERM VIEW

**Wallace de Moraes**

Doutor em Ciência Política. Professor dos Programas de Pós-Graduação em Filosofia (PPGF), de História Comparada (PPGHC) e do Departamento de Ciência Política, todos da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Membro do Quilombo do Instituto de Filosofias e Ciências Sociais (IFCS/UFRJ) e líder do Coletivo de Pesquisas Decoloniais e Libertárias (CPDEL/UFRJ).

## RESUMO

Análise dos protestos de 2013 no Brasil sob uma perspectiva libertária de mais longo prazo que inclui considerações sobre a política nacional antes e depois das manifestações.

**PALAVRAS-CHAVE:** Revolta de 2013 no Brasil; análise anarquista; protestos de Junho de 2013.

## ABSTRACT

This is an analysis of the 2013 protests in Brazil from a longer-term and under anarchist perspective that includes considerations about national politics before and after the protests.

**KEYWORDS:** 2013 Revolt in Brazil; anarchist analysis; June 2013 protests.

## Introdução

Ao completar 10 anos dos protestos de 2013, ainda existe um amplo debate na literatura brasileira e, especialmente, nos meios políticos sobre o papel que aquelas manifestações cumpriram para a conformação da política nacional.

O objetivo deste artigo é retomar essa discussão e apresentar uma interpretação de mais longo prazo, de modo que amplie o foco sobre o objeto da pesquisa. Meu outro interesse é mostrar como análises hegemônicas sobre o assunto estão equivocadas. Para tanto, inicialmente, é necessário apresentar alguns conceitos que utilizarei neste artigo.

Como não vivemos em uma democracia (CHOMSKY, 2012; GRAEBER, 2015; MIGUEL, 2002; MORAES, 2008; RANCIÈRE, 2014), pois o povo não governa em lugar nenhum, é mais condizente com a realidade utilizar o termo plutocracia, que significa governo em favor das riquezas (dos ricos, proprietários dos meios de produção, donos do dinheiro etc.). Assim, o sistema representativo fica mais bem concebido, simplesmente porque toda governança que trabalha para a manutenção e o bom funcionamento do capitalismo deve ser denominada por plutocrática (MORAES, 2020b).

O conceito de liberalismo nos leva à falsa ideia de ampla defesa da liberdade como núcleo central desse pensamento. Certamente, os liberais lutaram por garantias de direitos civis para os membros do terceiro estado na Europa absolutista no século XVIII, mas não fizeram o mesmo com relação a africanos e indígenas escravizados. Aliás, foram, no mínimo, bastante condescendentes, quando não, obtiveram lucros com o comércio de negros, como o pai do liberalismo, John Locke, o fez durante sua vida. Desde suas primeiras formulações, o liberalismo faz a defesa da propriedade privada das terras e de seus produtos como objeto central a ser garantido pelo Estado, mesmo que para isso tivesse que limitar a liberdade por meio da criação das prisões; ou mesmo da imposição da pena de morte para aqueles que atentassem contra ela. Em síntese, não faz parte do seu rol a defesa incondicional da vida dos governados que, segundo o pai da sua teoria, pode ser alvo da pena de morte ou ter limitadas suas liberdades por leis, com vistas à garantia da propriedade privada, e dos lucros que advém dela. Por consequência, vida e liberdade ficam em segundo plano diante da propriedade (MORAES, 2008, 2009). No bojo, o liberalismo se restringe à defesa do livre mercado. Nesses termos, não é adequado que utilizemos uma categoria, cujo radical é liberdade, quando na verdade sua prioridade máxima é a defesa da propriedade. Pelo exposto, proponho que denominemos esse conjunto de ideias por proprietarismo (ou proprietarismo), cujo radical advém de propriedade (MORAES, 2022). Ao proceder dessa maneira, relacionamos diretamente teoria e prática.

Também utilizarei o conceito de “direita populista corporativista estatal” (MORAES, 2018b) que busca caracterizar as políticas públicas instituídas pela Era Vargas e seus governos satélites. Foi corporativista estatal em função da obrigação da criação de entidades para representar corporações de classe no todo-poderoso Estado, entendido, como fiador da liberdade de seus



governados e pela forte intervenção na economia por meio da criação de estatais e regulação de remessa de lucros de grandes empresas. Denomino-a como de direita e plutocrática em função da garantia e do impulsionamento dos princípios do capitalismo. Uso o termo populista, pois apresentou-se como defensor dos interesses dos trabalhadores, embora priorizasse o financiamento de grandes setores capitalistas no país.

Realizadas as explicações de alguns conceitos, é importante entender os diferentes modelos interpretativos sobre a Revolta dos governados de 2013 no Brasil, que vigoram desde então.

### As forças políticas e as suas diferentes interpretações sobre 2013

Como todo fenômeno político, escrevemos sempre desde um lugar social que, por sua vez, tem como base uma história de vida, atravessada por crenças, culturas, experiências e interesses sociais, políticos e econômicos. Os protestos de 2013 no Brasil são, portanto, lidos por diferentes atores que porventura ocupam determinado lugar. Nesse sentido, identifiquei cinco modelos interpretativos, dos quais três são plutocráticos, um faz parte da esquerda estatista, e o outro, chamo por revolucionário.

As principais características das análises plutocráticas foram clamar pela integridade: do capitalismo, do Estado e das suas instituições, enfim, do *status quo*, apresentando-as como produto do último estágio e mais avançado da história, como impassíveis de alterações profundas. Elas foram amplamente divulgadas pelos oligopólios de comunicação de massa no Brasil, por seus partidos políticos e intelectuais (MORAES, 2013). Divido-as em três tipos: plutocrática proprietária dissimulada; plutocrática proprietária desavergonhada e plutocrática proprietária conservadora agressiva.

Os governos de Fernando Collor de Mello (1990-1992), Itamar Franco (1992-1995) e Fernando Henrique Cardoso (1995-2003) foram plutocráticos proprietários desavergonhados, pois governaram abertamente para os ricos e tiveram pouca preocupação em simular uma defesa dos interesses populares. Durante seus mandatos, vários direitos trabalhistas e previdenciários foram retirados e/ou flexibilizados; estatais foram privatizadas; e os lucros de banqueiros aumentaram exorbitantemente com a adoção de políticas que lhes foram amplamente favoráveis. Durante o mandato de Cardoso, o desemprego alcançou índices alarmantes e junto com ele os níveis de violência social. Foi diante desse cenário que Lula da Silva venceu as eleições de 2002.

Os governos petistas (2003-2016) foram plutocráticos proprietários dissimulados, pois governaram abertamente em prol dos ricos, mas procuraram aparentar-se como em defesa dos interesses dos trabalhadores, por isso, foram dissimulados. Implementaram um programa muito similar ao adotado pelos proprietários que o antecederam no poder. Os governos petistas deram continuidade e/ou não reverteram as políticas adotadas pelos governos anteriores, como

ataques aos direitos trabalhistas e privatizações, dando continuidade ao neoproprietalismo adotado no país. Foi nesse cenário de descontentamento popular e, em grande medida, de frustração e decepção com os governos petistas que surgiram os protestos de 2013.

A partir de 2018, fomos governados por plutocráticos neoproprietais conservadores agressivos que, além de legitimar o Estado e o capitalismo, como os demais, abalizaram uma grande ênfase na defesa da família tradicional, criticando toda forma de liberdade, de orientação sexual, de gênero; negando, ainda, a existência do racismo ou mesmo justificando-o. Essas apreciações estiveram amparadas no militarismo e no igrejismo<sup>1</sup> com forte repressão sobre os divergentes. Igualmente às demais interpretações neoproprietais, criticou os ataques às instituições estatais, ao capital e, principalmente, aos costumes e às tradições comportamentais conservadoras. Em síntese, denomino-a por conservadora agressiva, pois realizou um amplo ativismo político de ordem moral na defesa das tradições, dos costumes e dos preconceitos patriarcais, cis heteronormativos, igrejistais, hierárquicos e intolerantes com o “outro”. Em 2013, estavam no interior das igrejas, dos quartéis e em grupos minúsculos integralistas, mas não estavam organizados em grandes grupos políticos. Todavia, em reação aos protestos, juntaram-se e assaltaram o poder em 2018, vencendo as eleições daquele ano.

Em 2013, ainda existiam grupos políticos que denomino por esquerda estatista, formada por militantes de partidos políticos que defendem um socialismo estatal nos moldes do que propôs Karl Marx. Esses grupos fazem parte de alguns sindicatos e têm boa penetração em universidades públicas pelo país. Eles perceberam os protestos de duas formas antagônicas. No primeiro momento, ajudaram a construir os atos e o entenderam como positivos, pois questionaram o governo, aumentando suas possibilidades de êxito eleitoral. Mas no segundo momento, entenderam-nos como negativos, pois os populares rejeitaram a sua direção, não aceitando suas bandeiras, bem como as suas palavras de ordem proferidas do alto dos seus carros de som. Por consequência, passaram a chamar os protestos como de direita, pois não acreditavam que existisse vida à sua esquerda. A chamo por esquerda estatista, pois seus objetivos giram em torno da imposição dos princípios marxistas, segundo os quais o proletariado deve tomar o Estado e implantar o socialismo através do controle da economia e da propriedade privada, transformando-a em estatal; mas, simultaneamente, é eleitoreira, por não aderir aos princípios revolucionários pregados pelo próprio Karl Marx. A sua penetração social era bastante pequena, a verificar pelos votos nas eleições nacionais em 2014 para Presidência da República, quando não alcançou nem 2% com as somas dos votos de PSOL, PSTU e PCB.<sup>2</sup>

Por fim, existiam ainda alguns grupos políticos organizados em número e tamanho inferior que a esquerda estatista, os quais pregavam a revolução social e faziam ações de ocupações de

<sup>1</sup> Sobre os conceitos de militarismo e igrejismo, ver Moraes (2018c).

<sup>2</sup> A saber: Partido Socialismo e Liberdade, Partido Socialista dos Trabalhadores Unificado e Partido Comunista Brasileiro.

prédios abandonados e terras e atuavam na educação popular por meio de pré-vestibulares para negros e carentes, e outras atividades sociais. A atuação desses atores políticos foi a grande novidade dos protestos de 2013 e ganhou grande adesão popular pelas suas ações contra o Estado e a polícia e suas palavras de ordem radicalizadas. Esses atores políticos negaram todos os governos e defenderam a Revolta como ela foi, com algumas críticas pontuais, mas exaltando a ação direta, a propaganda pelo fato, a horizontalidade, a combatividade dos manifestantes e o empoderamento dos governados sem intermediários. Do ponto de vista comportamental, essa interpretação defendeu a mais ampla liberdade de orientação sexual e uma postura antirracista, apontando inclusive para a autodeterminação dos povos, através da criação de comunas federadas. Sintetizo as posições das cinco forças políticas sobre os protestos de 2013 no quadro 1.

Quadro 1: Descritivo das interpretações sobre o Levante e das forças políticas que o compuseram.

Interpretações	Objetivos	Forças políticas
Plutocrática proprietária desavergonhada	Seu principal objetivo era desgastar o governo petista em vigor, responsabilizando-o pelo descontentamento popular expressado nas ruas, com vistas a atender os seus anseios político-eleitorais. As ações diretas e propagandas realizadas pelos manifestantes foram narradas meramente como atos de "vandalismo".	Dirigida pelos tucanos e políticos aliados pela direita (PSDB, DEM, PPS* e outros). Suas ideias foram amplamente difundidas pela grande mídia neoliberal. Arnaldo Jabor foi seu principal ícone.
Plutocrática proprietária dissimulada	Seu principal objetivo foi blindar o governo de Dilma Rousseff da responsabilidade pelo descontentamento dos governados. Apresentou a tese segundo a qual o movimento insurgente era manipulado por setores de direita. Tentou induzir fortemente que se tratava de manifestantes de classe média e, portanto, não tinham legitimidade para lutar contra o aumento de 20 centavos nas passagens de ônibus.	Dirigida oficialmente pelo petismo. Essas ideias foram divulgadas por parte dos jornalistas dos oligopólios de comunicação de massa; políticos do PT, PCdoB, MDB e PDT;** pessoas ligadas às centrais sindicais dirigidas por esses partidos; empreiteiros, banqueiros, empresários e capitalistas em geral aliados do governo petista. Seus principais teóricos foram: André Singer (2014), Francisco de Oliveira (2013) e Marilena Chauí (2013).
Plutocrática proprietária conservadora agressiva	Seu principal objetivo era desgastar o governo e clamar por um golpe militar para instaurar a suposta ordem, ou o integralismo, <sup>3</sup> e manter as tradições conservadoras de respeito às hierarquias, às autoridades dos governantes penais (militarismo) e ao <i>modus vivendi</i> religioso comportamental que os protestos de 2013 colocaram em xeque.	Dirigida por setores que em 2013 não formavam um bloco político grande e atuante. Depois dos protestos e como reação a eles, foram incubadas como ovo da serpente plantado nos meios militares e igrejas (evangélicos e católicos), latifundiários, populares penalizantes que se aglutinaram e formaram a base social que elegeu Bolsonaro para a presidência da República em 2018, como MBL*** e outros.
Esquerda estatista	Seu principal objetivo era se apresentar como alternativa eleitoral à esquerda. As interpretações desse campo não viam com bons olhos a tática <i>black bloc</i> nem a propaganda utilizadas pelos revolucionários.	Dirigida por intelectuais e políticos do PSOL, PSTU, PCB, e movimentos sociais, estudantes e sindicatos ligados a esses partidos. Não possuem penetração considerável nos oligopólios de comunicação de massa.

<sup>3</sup> Integralismo foi um movimento liderado por Plínio Salgado, nos anos 1930 no Brasil, e advogava muitos dos princípios do fascismo europeu.



Interpretações	Objetivos	Forças políticas
Revolucionária	Apoiou e atuou fortemente para que o levante popular se transformasse em insurgência social. Pode ser subdividida em duas vertentes: 1) libertária ou anarquista, pois defende a autogestão – propondo o fim do Estado e a ação direta como forma de atuação para superar o capitalismo; 2) vanguardista, baseada na ideia de uma vanguarda que vá fazer a revolução guiando o proletariado. Essas interpretações valorizavam os atos rebeldes mostrados em 2013.	Dirigida por coletivos autônomos, anarquistas, libertários e marxistas não institucionalizados/movimentos sociais ligados à luta pela moradia e outros – muitos deles adotaram a tática <i>black bloc</i> .

Fonte: Moraes (2018b). \*PSDB, Partido da Social-Democracia Brasileira; DEM, Democratas; PPS, Partido Popular Socialista. \*\*PT, Partido dos Trabalhadores; PCdoB, Partido Comunista do Brasil; MDB, Movimento Democrático Brasileiro; PDT, Partido Democrático Trabalhista. \*\*\*MBL, Movimento Brasil Livre.

Todavia, quais foram os fatores que proporcionaram os protestos de 2013? Quem governava? Proponho uma análise de mais longo prazo que inclua a política nacional antes de 2013 e depois. Começemos.

### Da ditadura militar-plutocrática-desavergonhada à esquerda dissimulada na governança política

Nos anos 1980, o modelo de ditadura militar-plutocrática-desavergonhada se esgotou (MORAES, 2018b). A rearticulação dos movimentos populares, a crise econômica, bem como o iminente fim da Guerra Fria colaboraram em conjunto para o seu enfraquecimento. Dessa forma, ocorreu a rearticulação de eleições presidenciais para escolha daqueles que governariam a população. A transição foi realizada pelo alto. Isto é, a governança política deixou de ser habitada por membros da elite militar para ser ocupada pelos seus iguais civis. Os setores ligados às esquerdas foram cuidadosamente impedidos de aproximar-se do Estado. Por consequência, o Brasil saiu de uma ditadura formal dirigida por militares que tinham como inimigos principais militantes revolucionários, intelectuais críticos do capitalismo (seus opositores oficiais) para dar continuidade a uma ditadura colonial, cujos principais alvos são, há mais de 500 anos, os governados, principalmente das etnias não brancas que ameaçam a propriedade, desconsiderando a lei e a ordem (quilombolas do século XXI). De modo geral, eles vivem nas favelas, periferias e florestas, sendo assassinados, exterminados e torturados cotidianamente, seja pelo militarismo, seja pelo paramilitarismo, sob a anuência dos demais governantes (políticos, jurídicos, econômicos e socioculturais) (MORAES, 2020b, 2020c).

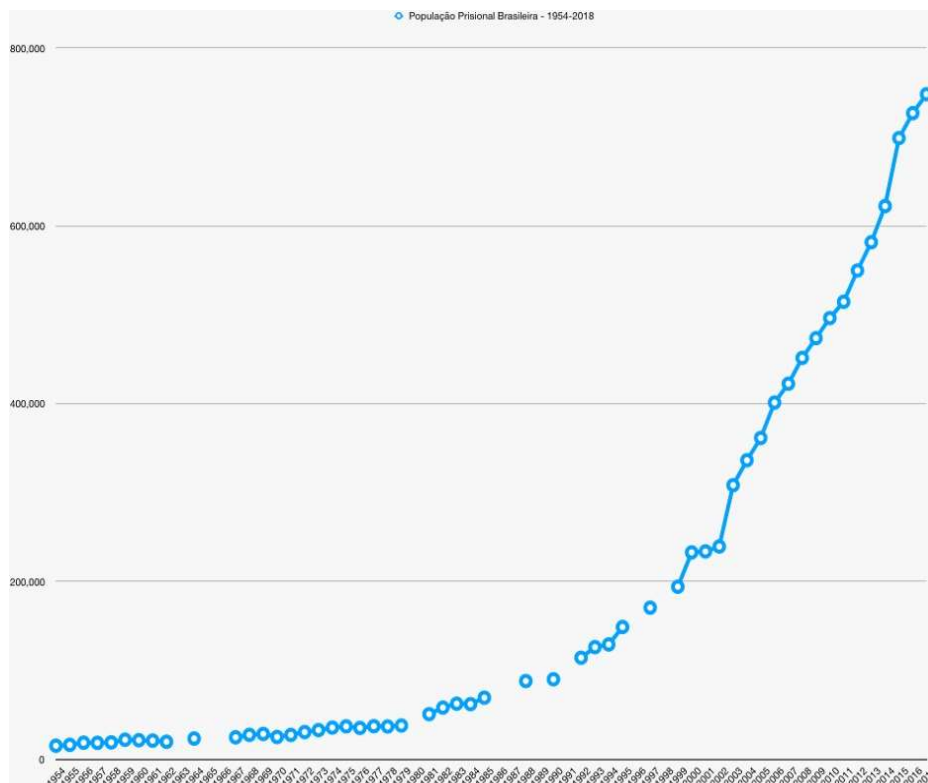
Na década de 1990, assumiram as governanças políticas candidatos provenientes da direita neoproprietal que procuraram desfazer todas as políticas impostas pela direita populista corporativista estatal. As agendas dos governos de Fernando Collor de Mello, Itamar Franco e Fernando Henrique Cardoso não tinham um conteúdo conservador como prioritário, mas apenas econômico.



Em acordo com sua defesa do Estado mínimo, a direita neoproprietal privatizou quase todas as estatais e retirou ou flexibilizou direitos sociais. A reforma do Estado e a abertura das economias fizeram parte do seu receituário. Houve aumento do desemprego, da miséria, mas controle da inflação. O direito ao voto foi garantido a sete chaves, demonstrando uma mudança de postura dos neoproprietários do século XXI para os proprietários do século XIX, que tinham medo de uma possível ditadura da maioria (BAKUNIN, 2006; CASTORIADIS, 1982; MIGUEL, 2002; MORAES, 2009; KROPOTKIN, 2005). Eles perceberam que o direito ao voto, com os grandes meios de comunicação social controlados, com as escolas militares e igrejas funcionando a pleno vapor, garantia um apoio importante para as estruturas estadolátricas, hierárquicas e capitalistas do sistema, impedindo, assim, a adesão dos governados a projetos de grandes mudanças libertárias decoloniais e quilombolas que, aliás, sequer fazem parte das propostas das esquerdas.

A adoção das políticas neoproprietárias resultou em baixos índices de crescimento do PIB, desemprego estrutural e aumento da miséria, gerando crise econômica/social e aumento das desigualdades e de práticas de crimes pelos mais pobres, sem perspectiva de vida digna, bem como revolta dos governados. Os últimos 30 anos de adoção de políticas públicas pela direita neoproprietária e pela esquerda dissimulada levou a uma explosão de encarcerados no país, chegando a quase 800 mil corpos presos em 2018 (SIMAS, 2018).

Gráfico 1: População prisional brasileira (1964-2018).



Fonte: SOUBHIA, Fernando Antunes. Indicadores demográficos se correlacionam com índices prisionais?. *Consultor Jurídico*. São Paulo, 22 dez. 2020. Disponível em: <https://www.conjur.com.br/2020-dez-22/indicadores-demograficos-correlacionam-indices-prisionais>. Acesso em: 1 dez. 2023.



Simultaneamente, cresceu a insatisfação pública com os governantes e ganhou força na sociedade a possibilidade de vitória eleitoral de uma candidatura da esquerda que havia se adaptado tanto ao *status quo* que tive que denominá-la por dissimulada (MORAES, 2018b). Paralelamente, outro grupo muito menor, que defende a revolução social, a ação direta, a organização de movimentos sociais sem hierarquias e ilusões estatais, também ganhou espaço (FERREIRA, 2015) com movimentos de ocupações por moradias e de pré-vestibulares sociais para negros e carentes.

### A esquerda dissimulada no Brasil

No Brasil, houve hegemonia da direita proprietária na década de 1990, mas na seguinte, o petismo assumiu a governança política em coligação com grupos empresariais, latifundiários e igrejistias. De toda forma, a figura de Lula da Silva carregava uma grande carga simbólica e muitas esperanças nas mãos de um ex-operário, retirante nordestino, sem diploma universitário<sup>4</sup> para alteração do quadro neoproprietário. Em seguida, a primeira mulher, Dilma Rousseff, foi eleita para a Presidência da República, também quebrando um tabu em uma sociedade patriarcal. Pela primeira vez, a esquerda chegava ao Executivo com representações simbólicas de grupos historicamente excluídos, embora, sem ainda uma representação negra que refletiria a maioria da população brasileira. Portanto, é muito significativo que não tenhamos candidaturas majoritárias de lideranças negras nem nos partidos de esquerda, nem nos de direita. Essa constatação é reflexo da persistência do racismo institucional neste país (MORAES, 2020c).

Oficialmente, o petismo detinha a cabeça do Poder Executivo, dividindo-o fraternalmente com um amplo consórcio de representantes do capital e do agronegócio; líderes igrejistias, militares, movimentos sociais e sindicais; representantes de partidos políticos das direitas, como MDB, PL, PTB<sup>5</sup> e outros partidos do muito mal denominado “centrão”.<sup>6</sup> Essa articulação só foi possível em função das governanças petistas lotearem cargos no Estado para seus aliados em nome da chamada governabilidade, que consiste, na prática, em atender a interesses escusos e privados de parlamentares corruptos. Trata-se da oficialização da corrupção no país. Podemos ratificar essas premissas com as materializações das chapas, em 2002 e 2006, com o empresário José Alencar (PL) e Michel Temer (MDB), respectivamente, como vice-presidentes. Não à toa,

<sup>4</sup> Desta forma, Lula da Silva sofreu por várias opressões/governanças sociais: de classe, xenofóbica e acadêmico-científica (MORAES, 2018b).

<sup>5</sup> A saber: Movimento Democrático Brasileiro, Partido Liberal e Partido Trabalhista Brasileiro.

<sup>6</sup> É um erro chamar os partidos pragmáticos que compõem a base da corrupção no país por “centrão”. Suas políticas são efetivamente de direita e apoiam quem as põem em prática.



cânones dos latifundiários, igrejistias, coronéis, empresários e defensores do proprietarismo foram convidados para ocupar cargos de ministros de Estado.

Por consequência, o petismo impôs-se uma camisa de força contra a qual não era possível se desvencilhar e, ao que tudo indica, nem queria, pois também se locupletava de vantagens diversas por ser governo e ter a máquina na mão. Nesses termos, sem nenhuma contradição, fez um governo que atentou contra os direitos trabalhistas e previdenciários. Não garantiu as terras quilombolas nem indígenas por meio de demarcações. Não executou a taxaço das grandes fortunas, nem políticas consistentes de distribuição de renda. O petismo não se propôs a combater o desmatamento das florestas indígenas, nem a fazer reforma agrária. Também não limitou, não reformou, nem desmilitarizou as polícias, muito menos encaminhou o seu fim para evitar o extermínio de negros e pobres nas favelas e periferias. Atendeu as reivindicações das igrejas de não pagarem impostos e consequentemente aumentarem seus números de fiéis; assim, colaborou para a proteção do ovo da serpente que mais tarde voltaria contra o próprio petismo. Não reestatizou as empresas públicas privatizadas em governos anteriores. Ainda instaurou a lei antiterrorismo, cujos alvos principais são os revolucionários. Autorizou as Forças Armadas a ocuparem favelas e o Haiti, colocando em risco a vida de seus moradores, majoritariamente negros. Também não mexeu uma única palha em favor do desencarceramento ou mesmo da abolição penal; ao contrário, durante seus governos o número de encarcerados aumentou exorbitantemente. Simultaneamente, vários setores do capital ganharam desonerações tributárias e fiscais. Assim, manteve o paraíso dos banqueiros estabelecido por governos anteriores. O patrocínio da Copa do Mundo de futebol e das Olimpíadas ampliou gastos públicos com estádios de futebol e arenas que não ficaram como legado para o povo, mas foram concedidas para os setores privados. Nesse processo, várias famílias perderam suas moradias para a especulação imobiliária e as desocupações para possibilitar a criação de arenas. Como estopim para os protestos de 2013, diferentes governos estaduais autorizaram o aumento das passagens dos transportes públicos, sem uma posição em contrário do governo federal. Por fim, a ampla coligaço petista nada fez para avançarmos para o fim da exploraço capitalista, nem para o autogoverno, isto é, todos os produtos engendrados pelos trabalhadores continuaram a pertencer aos patrões. Os governados ainda têm que obedecer às ordens dadas pelos governantes. O racismo, o patriarcado e a LGBTQIAP+fobia continuam a plenos pulmões.

Em extrato, dentro dos limites do capitalismo, as governanças políticas petistas em seu conjunto não garantiram efetivamente os interesses dos indígenas, dos negros, das mulheres, dos trabalhadores, enfim, dos governados, prioritariamente. De tal modo, não destruiu as instituições sustentadoras do racismo, do patriarcado, do capitalismo, do especismo e do ecologicídio que devastam a natureza em favor da produção de mercadorias. As elites brancas continuaram a se apropriar da riqueza social. Portanto, o petismo não atentou contra os

princípios das governanças sociais necrofilicas colonialistas outrocidas (MORAES, 2020a) ou, simplesmente, colonialidades.

As governanças políticas petistas beneficiaram-se de uma onda cíclica de crescimento econômico que durou até 2013. O carro-chefe de suas políticas foi o Bolsa-Família, que retirou uma quantidade de pessoas da extrema miséria; todavia, seus resultados ficaram muito aquém das expectativas em torno dos símbolos que Lula da Silva e Dilma Rousseff carregavam e principalmente diante daquilo que garantiram para os banqueiros e empresários no país. Ademais, os governos de Michel Temer e Jair Bolsonaro, surpreendentemente, ampliaram os benefícios do Bolsa-Família, desmoralizando os governos petistas na sua principal política popular.

Em epítome, seus consórcios com o respectivo compartilhamento do Estado com membros das direitas proprietárias e conservadoras lhes impuseram sérios limites de governança. As colonialidades continuaram plenas e o resultado de suas políticas públicas foram deveras inferiores ao estabelecido, por exemplo, pela Era Vargas. Nesse sentido, justifica-se serem interpretadas como bem diferentes. Em função de suas confrarias e subordinações aos princípios defendidos pelas direitas, os resultados públicos petistas foram da dissimulação. De tal modo, seguindo a longa tradição da esquerda na governança política, serviu como amortecedor das lutas, resultando na diminuição das greves e das ocupações de terras dos movimentos sociais.

Em um país de maioria negra, a esquerda ter alcançado o Executivo federal por quatro vezes e nenhuma delas com representações dos descendentes das etnias africanas, indígenas, nem mesmo com mestiços, tampouco ter políticas substantivas de combate ao racismo, pode ser o sinal mais emblemático que comprova como ela é iminentemente branca e não tem o antirracismo como sua prioridade.

Como resultado da decepção popular com suas políticas, surgiram os protestos de 2013, e, em 2016, Dilma Rousseff, sofreu o *impeachment*. Fato que corrobora para nossas teses é que o processo de golpe institucional, absolutamente contestável, sob o ângulo das regras legais, ocorreu sem robusta resistência popular nas ruas, demonstrando o quanto o partido não se ancorava nos governados. Por todo encaminhamento, entendo que os governos petistas devem ser classificados como da esquerda dissimulada, pois apresentou-se como de esquerda, mas governou em ampla aliança com a direita, atendendo mais as suas pautas. Foi nesse cenário que surgiram as manifestações de 2013.

## Os revolucionários mostram a cara – os protestos de 2013 no Brasil

*“Do rio que tudo arrasta se diz que é violento. Mas ninguém diz violentas as margens que o comprimem.” — Bertold Brecht*

Entre 2010 e 2013, surgiu um novo ciclo de lutas no mundo por demandas das mais diversas: das comportamentais às econômicas (ALI, 2012; CHOMSKY, 2012; GORDON, 2015; GRAEBER, 2015; ŽIŽEK *et al.*, 2012). A pesquisa de Manuel Castells (2013) mostra muito bem esse processo ao tratar das questões comuns em diferentes países: indignação e protestos impulsionados pelas redes sociais. Castells (2013) expôs como tudo começou na Tunísia, em dezembro de 2010, e se difundiu de modo viral pelo mundo árabe, espalhando pela Europa, pelos Estados Unidos e pela América Latina. As expressões “Primavera Árabe”, “Indignados”, “Occupy”, “Revolta dos governados”, “Revolta dos pinguins”, “*black bloc*” (DUPUIS-DÉRI, 2014; LUDD, 2002) e várias outras são exemplos de uma onda de lutas protagonizadas por setores que devem ser enquadrados no campo revolucionário pelas suas características populares e suas demandas contra o capitalismo, o igrejismo e o militarismo, mas, especialmente, por suas ações diretas realizadas nas ruas e por fora do Estado.<sup>7</sup>

Portanto, os protestos de 2013 no Brasil, devem ser vistos como parte de um processo mundial de contestação do sistema como um todo. O segundo aspecto a se desmistificar é que a revolta não se resumiu a 2013 e muito menos a junho. No Rio de Janeiro, ela perdurou até julho de 2014, quando vários militantes foram presos as vésperas da Copa do Mundo de futebol com vistas a parar o movimento (SIMAS; MORAES, 2016).

Dito isso, podemos elencar algumas características da insurgência popular, quando as manifestações massivas de 2013-2014 no Brasil contestaram veementemente e colocaram em xeque as instituições da ordem e seus símbolos.

- Foi o período de maior quantidade de greves da história brasileira, sendo muitas delas impulsionadas a despeito da orientação das direções sindicais em contrário, como garis, rodoviários e professores.
- Em 2013, os setores populares enfrentaram a polícia com paus e pedras em todas as capitais. Nunca as forças policiais estiveram tão desacreditadas, colocando em questão o próprio militarismo no país. Os *black blocs* eram presença certa e ativa nos protestos.
- Populares fizeram barricadas e quebraram trens, ônibus, barcas e trens do metrô em favelas e periferias e enfrentaram as polícias em contrário ao aumento das passagens dos transportes públicos e os gastos com estádios de futebol e a Copa do Mundo da FIFA. Quebraram vidraças de bancos, numa clara alusão aos seus exorbitantes lucros em detrimento do bem-estar dos mais pobres, muitos deles endividados com cobranças

<sup>7</sup> Desenvolvo com detalhes o debate sobre os protestos de 2013 em Moraes (2018a).



absurdas de juros realizadas pelas instituições financeiras, garantidas pelas leis e pelo Estado.

- Os “rolezinhos” de negros, pobres, moradores de favelas e periferias em templos do consumo como *shopping centers* escancararam o por vezes dissimulado *apartheid* social que os discriminam (SILVA, 2014).
- A luta pela liberdade sexual com as marchas das vadias e a luta LGBTQIAP+ foi central no meio desse cenário.
- Em sintonia com outros movimentos de “ocupa” (*occupy*), realizados em outras partes do mundo, ocorreram ocupações de câmaras de vereadores, assembleias legislativas, secretarias de governos, escolas (SANTANA, 2016) e universidades: a Assembleia Legislativa (Alerj) e a Câmara Municipal do Rio de Janeiro e de outras cidades foram ocupadas.
- Foram criados vários coletivos de segmentos profissionais importantes para dar apoio nas manifestações, como: enfermeiros, advogados, músicos, projetistas e até *hackers*, cada um com seu papel específico.
- Os jogadores da elite do futebol brasileiro cruzaram os braços e protestaram antes, durante e depois das partidas em atos inéditos de uma categoria historicamente desmobilizada.<sup>8</sup>
- Testemunhamos o surgimento de indivíduos e coletivos com máscaras, escudos e roupas pretas com os símbolos do anarquismo enfrentarem as forças policiais na defesa dos demais manifestantes e no ataque aos símbolos do capitalismo e do Estado.
- Um novo modelo de manifestações foi gestado, mais horizontal, negando as autoridades, seus partidos políticos, seus sindicatos, seus palanques, suas campanhas eleitorais *ad infinitum* e seus carros de som.
- Os oligopólios de comunicação de massa, a polícia, o Estado, os governantes, os partidos políticos, os sindicatos, os bancos, os donos dos transportes públicos, a Federação Internacional de Futebol (FIFA), enfim, as autoridades, as hierarquias e a ordem foram amplamente contestados/rechçados.
- Palavras de ordem comuns nos protestos que marcavam o tom das reivindicações foram: “A verdade é dura, a Rede Globo apoiou a ditadura”; “Não acabou, tem que acabar, eu quero o fim da Polícia Militar”; “Sem hipocrisia, essa polícia mata pobre (preto) todo dia”; “Não vai ter Copa!”; “Cadê o Amarildo?”; “Acabou o amor, isso aqui vai virar Turquia”; “chega de chacina, polícia assassina”.<sup>9</sup>

<sup>8</sup> Os jogadores da elite do futebol brasileiro fizeram protestos simbólicos antes, durante e depois das partidas de futebol, cruzando os braços, sentando-se em campo ou mesmo jogando sem propósitos durante determinado tempo no início da partida. Suas reivindicações foram principalmente por um calendário com menos jogos.

<sup>9</sup> Todas as teses sobre os protestos de 2013 no Brasil apresentadas aqui foram largamente desenvolvidas em outro livro (MORAES, 2018b).

As características descritas desmistificam por si só qualquer tentativa de associar os protestos de 2013 com movimentos de direita ou protofascistas como muitas análises impregnadas de oficialismo quiseram impor. Aliás, nunca devemos esquecer que as manifestações começaram em função do aumento das passagens de ônibus e foram criadas por estudantes e trabalhadores. No Rio de Janeiro, as suas plenárias preparatórias aconteceram no Instituto de Filosofia e Ciências Sociais da Universidade Federal do Rio de Janeiro (IFCS/UFRJ) organizadas por forças políticas revolucionárias e da esquerda estatista.

Esse ciclo de lutas buscou pressionar governos e até destituí-los, desdenhando na maioria das vezes da agenda institucional e eleitoreira, alçando a quádrupla relação entre revolucionários-esquerdas-direitas-golpistas para um novo patamar. Esses fatos aterrorizaram as direitas e a esquerda dissimulada. Nesse novo contexto, os revolucionários se fizeram reconhecidos principalmente pela inserção nas ainda livres, naquele momento, redes sociais.

Curiosamente, os protestos de 2013 escancararam as cegueiras das esquerdas e das direitas. As primeiras defenderam que os protestos foram manipulados por grupos de direita (ARCARY, 2013; BADARÓ, 2013; CANARY, 2013; CHAUÍ, 2013; IASI, 2013b), mormente acusados de fascistas porque rechaçaram os carros de som com suas hierarquias e companhias eleitorais permanentes. Já as direitas acusaram as manifestações como de esquerda (BARBUY, 2013a; JABOR, 2013d), sobretudo porque atacavam o Estado, as polícias, os valores conservadores e as instituições capitalistas. Dessa maneira, ambas demonstraram não reconhecer vida para além da relação dicotômica e binária entre si.

Quando percebemos que as esquerdas e as direitas confluem para as mesmas análises sobre política, economia e sociedade, devemos ligar o sinal de alerta para estarmos abertos para a necessidade de não só criticarmos essas correspondências como vislumbrarmos para possibilidades de irmos para além dos parâmetros impostos por esse binarismo eurocentrado e estadolátrico. Depois de 2013, com tamanha insubordinação social, o petismo mostrou que não controlava mais os movimentos sociais. Com efeito, o acordo com as elites perdeu sentido. Então, Dilma Rousseff ainda venceu as eleições de 2014, mas foi retirada do Executivo por meio de um golpe institucional, amplamente associado aos valores igrejistais, proprietaristas e militaristas, em 2016. O *impeachment* não foi resultado dos protestos de 2013 – que tinham pautas genuinamente revolucionárias e de esquerda, como a “tarifa zero” para os transportes públicos, bem como a desmilitarização da Polícia Militar e evitar gastos com estádios de futebol. Por outro lado, os protestos de 2015-2016 foram chamados por setores das direitas conservadoras de proprietários e necrofílicas colonialistas outrocidas. O público-alvo, as roupas usadas, as pautas eram absolutamente distintos. Quem associa uma coisa à outra ou está de má-fé ou expressa ignorância na análise política.

Em síntese, os protestos de 2013-2014 no Brasil não foram isolados. Eles fizeram parte de um ciclo de lutas organizadas no mundo inteiro. Algumas delas retiraram ditadores

sanguinários, outras apenas reivindicaram por mais direitos civis e/ou sociais e/ou políticos. Mas se analisarmos pela história, normalmente, quando se há avanço de lutas populares e revolucionárias ocorre a organização ou reorganização da reação. Há vários exemplos como esse pelo mundo, como a Comuna de Paris; o anarcossindicalismo; a propaganda, no século XIX, dos anarquistas; a Revolução Mexicana e outras revoluções pela América Latina; o Maio de 1968 na França (HERNANDEZ, 2008); os panteras negras nos Estados Unidos; a organização dos movimentos comunistas/socialistas/anarquistas na Alemanha (pré-nazista), na Itália (pré-fascista) e na Espanha (pré-franquista). Depois de todos esses movimentos, os governantes políticos, econômicos, socioculturais, militaristas e igrejistas se juntaram para organizar a reação. No Brasil, em 2014, não foi diferente.

### A reação da direita contra os símbolos dos revolucionários

Podemos afirmar que depois da onda de protestos populares intensos e anti-institucionais entre 2011 e 2014 e o solene fracasso das governanças políticas das esquerdas social-democratas e dissimuladas, a América Latina passou por um fortalecimento de setores conservadores, militaristas e igrejistas, amplamente apoiados pela guerra psicológica difundida por *think tanks* e oligopólios de comunicação de massa. As reivindicações dos movimentos negros e indígenas, das mulheres, das comunidades LGBTQIAP+, dos trabalhadores, o aumento substantivo das greves e o espírito de insubordinação reinante, acionaram a reorganização e a reação das direitas através de um ativismo conservador agressivo.

Os donos do capital passaram a desejar um governo mais autoritário para pôr fim às greves. Os igrejistas intensificaram a atuação política terrena como forma da salvação divina. Os militares, que eram proibidos de discutir política, foram instados por seus superiores a se organizarem como um “partido político” para se defender dos fortes ataques das manifestações de 2013. Como resultado dessas posturas, surgiram com força candidaturas para assaltar as governanças políticas de países da América Latina e do mundo. A vitória de Donald Trump, nos Estados Unidos, em 2017, constituiu-se como o sinal mais evidente da nova tendência de plutocracias proprietárias e conservadoras. Um presidente nitidamente racista, preconceituoso, machista, trans/homofóbico, defensor da supremacia branca, nacionalista, xenofóbico, contrário à garantia de direitos humanos, foi o sinal de maus tempos para todos.<sup>10</sup> Nessa onda surfaram vários governantes políticos na América Latina que seguiram por pelo menos parte dos aspectos defendidos por Trump, são exemplos: Mauricio Macri, na Argentina (2015-2019); Iván Duque Márquez, na Colômbia (2018-2022); Martín Vizcarra, no Peru (2018-2020); Mario Abdo Benítez, no Paraguai (2018-2023); Jimmy Morales, na Guatemala (2016-2020); Nayib

<sup>10</sup> Assim, grande parte das agendas propostas pelos revolucionários foi colocada em xeque.





Bukele, em El Salvador (2019-); Juan Hernández, em Honduras (2014-2022), Jair Bolsonaro (2019-2022), no Brasil.

O governo de Bolsonaro – um homem branco, militarista, igrejaista, armamentista, patriarcal e cheio de ódio e preconceito com o diferente – colocou em exercício políticas necrofilicas colonialistas outrocidas (MORAES, 2020a), nas quais se incluem o não reconhecimento, por meio de demarcações, de terras indígenas e quilombolas. No seu governo, houve incremento da destruição das florestas com suas faunas e floras em favor do desenvolvimento capitalista predatório. O estímulo do presidente para as pautas conservadoras colocou sob riscos as comunidades LGBTQIAP+ que não podiam expressar em público os seus amores e carinhos sem a importunação de seguidores do conservadorismo. Os adeptos das religiões de matriz afro e indígenas tiveram aumentadas as intolerâncias a elas destinadas, inclusive, com destruição física de seus espaços. O descaso governamental com a pandemia de covid-19 foi decisivo para a morte de mais de 800 mil pessoas no país. Houve o aprofundamento das reformas da previdência, trabalhista, administrativa em detrimento dos interesses dos governados. Na prática, trata-se da típica diminuição do pouco de Estado social construído sob o modelo da direita populista corporativista estatal. Seu governo incrementou o militarismo materializado com vários militares ocupando cargos no Estado,<sup>11</sup> chegando ao ponto de termos um general do Exército como ministro da Saúde, em plena pandemia. Ademais, identificamos o proprietarismo militarista, caracterizado pela licença e pelo estímulo para matar e prender o pobre, negro, indígena e favelado. O governo Bolsonaro, inclusive, concedeu indulto de Natal para militares presos mesmo tendo praticado homicídios.<sup>12</sup>

Todavia, confesso que esperava um governo muito pior do que realmente foi, vide artigo que escrevi em 2018 às vésperas da eleição (MORAES, 2018c). Em que pese todos os seus problemas que o caracteriza como um governo necrofilico colonialista outrocida (MORAES, 2020a), ele ainda concedeu aumento de salários para professores; ofereceu ajuda emergencial para vulneráveis durante a pandemia; criou o Auxílio Brasil, que aumentou o valor que antes era pago pelo Bolsa-Família; criou um vale para caminhoneiros e taxistas; e resgatou o Auxílio Gás. Dessa maneira, realizou algumas poucas políticas públicas em favor dos pobres – mesmo que as reconheçamos como meramente eleitoreiras. Apesar das ameaças e das tentativas “tabajaras” de golpe institucional expressadas na ocupação dos prédios dos Três Poderes, no dia 8 de janeiro de 2023, da minuta de golpe encontrada na casa do seu ministro da justiça, e da conversa

<sup>11</sup> Ver: SEABRA, Catia; GARCIA, Diego. Bolsonaro multiplica por 10 número de militares no comando de estatais. *Folha de S.Paulo*, [s. l.], 6 mar. 2021. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2021/03/bolsonaro-multiplica-por-10-numero-de-militares-no-comando-de-estatais.shtml>; LIS, Laís. Governo Bolsonaro mais que dobra número de militares em cargos civis, aponta TCU. *G1*, Brasília, DF, 17 jul. 2020. Disponível em: <https://g1.globo.com/politica/noticia/2020/07/17/governo-bolsonaro-tem-6157-militares-em-cargos-civis-diz-tcu.ghtml>. Acessos em: 1 dez. 2023.

<sup>12</sup> Ver: ANDRADE, Hanrikson de. Bolsonaro assina indulto de Natal com benefício a policiais e militares. *UOL*. Brasília, DF, 24 dez. 2021. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/politica/ultimas-noticias/2021/12/24/bolsonaro-assina-indulto-de-natal-com-beneficio-a-policiais-e-militares.htm>. Acesso em: 1 dez. 2023.



revelada pelo senador Marcos do Val com o deputado Daniel Siqueira com o próprio presidente da República que planejavam um autogolpe no Palácio do Planalto, nada disso foi realizado e, hoje, ainda não sabemos seus reais motivos. Pelo exposto, apesar dos planos golpistas existirem, eles não foram concretizados, portanto, pelo que realmente colocou em prática. Apesar de suas bravatas, seu governo deve ser identificado como parte de uma direita populista, que sem dúvida é necrofílica colonialista outrocida.

Simultaneamente, é necessário ressaltar que se trata de um erro caracterizar o governo Bolsonaro como fascista, pois diferente do que o nome nos faz imaginar, seu governo não perseguiu, prendeu e matou opositores abertamente.<sup>13</sup> Não podemos banalizar o conceito de fascismo. As instituições funcionaram, apesar da grita do presidente contra elas. O Supremo Tribunal Federal (STF), embora não possamos classificá-lo como nenhum exemplo de progressismo no Brasil, cumpriu um papel central nos freios institucionais para as sanhas autoritárias e conservadoras do grupo da direita populista no poder. Ao mesmo tempo, o bolsonarismo não teve o poder que Hitler, Mussolini e Franco tiveram. Equipará-los seria uma vergonha para eles.<sup>14</sup>

Por fim, Lula da Silva venceu as eleições de 2022. Mas devemos impor uma mirada de mais longo prazo. Tanto em 2018, quanto em 2020, com Lula preso, o petismo foi amplamente derrotado eleitoralmente. Mas em 2022, com Lula, venceu as eleições com apertadíssima margem. Não obstante, é preciso compreender e admitir que a vitória de Lula não ocorreu por adesão popular aos seus projetos, às suas pautas, mas sim por rejeição ao bolsonarismo que foi absolutamente nefasto e não cumpriu suas promessas de campanha para os que acreditaram nele em 2018. Mesmo assim, a vitória por uma quantidade de votos muito pequena denota que o país está absolutamente dividido. A montagem do ministério de Lula foi bastante emblemática e contemplou negros, indígenas e mulheres de forma bastante positiva: Aniele Franco, Silvio Almeida e Sonia Guajajara são nomes de destaque. Mas Lula da Silva também atendeu aos interesses de partidos de direita que passou a compor seu governo. Nem a denúncia de corrupção dos seus indicados o demoveu de suas escolhas. A falta de compromisso com os trabalhadores é um perigo. Nesse cenário, qualquer erro de Lula e de seu governo abrirá brecha para o retorno do candidato do ódio, pois os princípios fundantes da direita, que são o militarismo, o igrejismo e o proprietarismo, continuam formando cabeças a pleno vapor, isto é, o ovo da serpente continua sendo chocado, qualquer erro fará sua casca arrebentar.

O governo Bolsonaro, portanto, deve ser lido como expressão da reação conservadora que compõe o ativismo conservador agressivo para barrar os avanços das lutas revolucionárias de

<sup>13</sup> O caso de Marielle Franco ainda não teve um desfecho, embora aparecesse alguns indícios de ligações com a família e/ou amigos do presidente. De toda forma, os assassinatos de opositores não teve continuidade.

<sup>14</sup> Sob o ponto de vista do mal.

2013. As elites econômicas, militaristas, igrejistas e midiáticas clamaram por um governo autoritário para pôr ordem no país, tomados por protestos insurgentes.

## Conclusão

Em síntese, uma análise de mais longo prazo e com uma mirada internacional da revolta dos governados de 2013 no Brasil nos possibilita perceber seus principais signos, suas equivalências no exterior e entender por que tanto a esquerda quanto a direita os rejeitam. Certamente, os protestos de 2013 devem ser inseridos na onda revolucionária e anti-institucional de revoltas pelo mundo que tiveram início na Tunísia, em 2011. No plano nacional, deve entrar para a história como insurgência popular autônoma protagonizada pelos corpos de preto que encararam as forças de repressão com paus e pedras e reivindicaram direitos legítimos para os trabalhadores, discriminados e pobres em geral. Uma das suas principais características foram proceder ataques simbólicos às insígnias do Estado e do capital. A própria representação política foi posta em suspeição.

Sem dúvida, 2013 foi uma reação a uma esquerda dissimulada no poder que governou em favor do capital e das instituições modernas e colonialistas. Mesmo assim, em função de interesses eleitorais, a direita proprietária acusou os protestos violentos como manipulados pela esquerda. A esquerda estatista, como não conseguiu dirigir o processo como vanguarda dele, como aprende em seus manuais políticos, acusou os manifestantes como de direita, pois não acredita em nada que esteja a sua esquerda, dada sua cegueira. A direita conservadora e agressiva, por sua vez, reagiu a toda a simbologia que os protestos carregavam, mas como menor força até aquele momento, procurou captar a simbologia dos protestos para si e valer-se de seu apoio popular para ganhar seguidores. Para tanto, investiu como nenhuma força política em propaganda nas redes sociais, apresentando-se como indignada com tudo, mas levando seus adeptos para posições radicais conservadoras, proprietárias e hierárquicas. Foi a força política que melhor se aproveitou do espólio dos protestos para crescer em militantes. Sua estratégia deu certo e, assim, venceu as eleições de 2018 com larga margem. Só os setores revolucionários os reivindicam completamente e como eles foram (FERREIRA, 2015; MAGALHÃES, 2017; MENDES, 2017; MOVIMENTO PASSE LIVRE, 2013; TOMAZINE, 2014). Mas como esses setores não participam da farsa eleitoral e a criticam veementemente, atentando contra os interesses pessoais de todos os políticos e de seus partidos que se locupletam de dinheiro advindo dela, foram fortemente perseguidos, detidos, presos, processados e excluídos das redes sociais, que passaram a ser completamente controladas por meio de algoritmos conservadores (KAISER, 2020). Outros intelectuais menos ligados aos setores revolucionários, a despeito de suas posições, realizaram, pelo menos no início dos protestos, análises muito parecidas com os setores mais radicalizados (BRINGEL, 2013; GOHN, 2014; LOCATELLI, 2013; LÖWY, 2014; MARICATO, 2013a; VAINER, 2013a; ZIZEK, 2013).



Por fim, como os atos de 2013 não foram dirigidos nem pela esquerda, nem pela direita, ambas os criticaram. Não foi só aqui no Brasil, nem a primeira vez que aconteceu na história. O Maio de 1968 na França também foi criticado por ambas. Só os revolucionários os celebram na esperança de que novos “2013” venham para que um dia os governados não sejam chamados dessa forma.

## Referências

- ALI, Tariq. O espírito da época. In: ŽIŽEK, Slavoj *et al.* *Occupy*: movimentos de protesto que tomaram as ruas. São Paulo: Boitempo, 2012.
- ARCARY, Valério. Brasil. Duas estratégias: unir a esquerda para avançar as mobilizações ou para proteger o governo Dilma?. *Correio da Cidadania*, [s. l.], 1 jul. 2013. Disponível em: [https://www.correiodacidade.com.br/index.php?option=com\\_content&view=article&id=8555:suubmanchete010713&catid=72:imagens-rolantes](https://www.correiodacidade.com.br/index.php?option=com_content&view=article&id=8555:suubmanchete010713&catid=72:imagens-rolantes). Acesso em: 27 jul. 2014.
- BADARÓ, Marcelo Mattos. A multidão nas ruas: construir a saída de esquerda para a crise política, antes que a reação imprima sua direção. *Correio da Cidadania*, [s. l.], 25 jun. 2013. Disponível em: [http://www.correiodacidade.com.br/index.php?option=com\\_content&view=article&id=8528:suubmanchete250613&catid=63:brasil-nas-ruas&Itemid=200](http://www.correiodacidade.com.br/index.php?option=com_content&view=article&id=8528:suubmanchete250613&catid=63:brasil-nas-ruas&Itemid=200). Acesso em: 27 jul. 2014.
- BAKUNIN, Mikhail. *Textos anarquistas*. Porto Alegre: L&PM, 2006.
- BARBUY, Victor Emanuel Vilela. Resposta ao portal último segundo. *Integralismo.org.br*, [s. l.], 14 jul. 2013a. Disponível em: <https://integralismo.org.br/imprensa/resposta-ao-portal-ultimo-segundo/>. Acesso em: 27 jul. 2014.
- BARBUY, Victor Emanuel Vilela. Um fantasma ronda o Brasil. *Integralismo.org.br*, [s. l.], 22 jul. 2013b. Disponível em: <https://integralismo.org.br/opinioao/um-fantasma-ronda-o-brasil/>. Acesso em: 27 jul. 2014.
- BRINGEL, Breno. Miopias, sentidos e tendências do levante brasileiro de 2013. *Insight Inteligência*, [s. l.], edição 62, [2013]. Disponível em: <https://inteligencia.insightnet.com.br/miopias-sentidos-e-tendencias-do-levante-brasileiro-de-2013/>. Acesso em: 27 jul. 2014.
- CANARY, Henrique. Marxismo e anarquismo. *PSTU*, [s. l.], 11 nov. 2013. Disponível em: <https://www.pstu.org.br/marxismo-e-anarquismo/>. Acesso em: 27 jul. 2014.
- CASTELLS, Manuel. *Redes de indignação e esperança*: movimentos sociais na era da internet. Rio de Janeiro: Zahar, 2013.
- CASTORIADIS, Cornelius. *A instituição imaginária da sociedade*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.
- CHAUÍ, Marilena. Uma nova política é possível?. *Outras Mídias*. [S. l.], 4 jul. 2013. Disponível em: <https://outraspalavras.net/outrasmidias/uma-nova-politica-e-possivel/>. Acesso em: 15 jan. 2024.
- CHOMSKY, Noam. *Occupy*. London: Penguin Books, 2012.



- CRUZ, Diego. Anarquismo e socialismo: o individual e o coletivo nas mobilizações de massas. *PSTU*. [S.l.], 16 jun. 2013. Disponível em: <https://www.pstu.org.br/anarquismo-e-socialismo-o-individual-e-o-coletivo-nas-mobilizacoes-de-massas/>. Acesso em: 27 jul. 2014.
- DUPUIS-DÉRI, Francis. *Black blocs*. São Paulo: Veneta, 2014.
- FERREIRA, Andrey C. A festa e a revolta: confrontando as leituras de junho de 2013 com uma antropologia política das rebeliões populares. *Núcleo de Estudos do Poder*. Seropédica, 18 jun. 2015. Disponível em: <https://nepcpda.wordpress.com/2015/06/18/a-festa-e-a-revolta-confrontando-as-leituras-de-junho-de-2013-com-uma-antropologia-politica-das-rebelioes-populares/>. Acesso em: 1 dez. 2023.
- GOHN, Maria da Glória. Manifestações de junho de 2013 no Brasil e praças dos indignados no mundo. Petrópolis: Vozes, 2014.
- GORDON, Uri. *Anarquia viva!* Política antiautoritária da prática para a teoria. Porto Alegre: Subta, 2015.
- GRAEBER, David. The new anarchists. *New Left Review*, Londres, n. 13, jan./fev. 2002. Disponível em: <https://newleftreview.org/II/13/david-graeber-the-new-anarchists>. Acesso em: 26 jul. 2018.
- GRAEBER, David. *Um projeto de democracia: uma história, uma crise, um movimento*. São Paulo: Paz e Terra, 2015.
- HERNANDEZ, Hélène. Maio de 1968: o início de uma luta prolongada?. In: JOYEUX, Maurice *et al.* *Maio de 68: os anarquistas e a revolta da juventude*. São Paulo: Imaginário, 2008.
- IASI, Mauro. A rebelião, a cidade e a consciência. In: MARICATO, Erminia *et al.* *Cidades rebeldes: passe livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil*. São Paulo: Boitempo: Carta Maior, 2013a.
- IASI, Mauro. Pode ser a gota d'água: enfrentar a direita avançando a luta socialista. *Blog da Boitempo*. São Paulo, 26 jun. 2013b. Blogue. Disponível em: <http://blogdaboitempo.com.br/2013/06/26/pode-ser-a-gota-dagua-enfrentar-a-direita-avancando-a-luta-socialista/>. Acesso em: 3 ago. 2014.
- JABOR, Arnaldo. 'Passe Livre' vale mais. *O Globo*, [s.l.], 17 jun. 2013a. Disponível em: <http://oglobo.globo.com/cultura/passe-livre-vale-mais-8717407>. Acesso em: 27 jul. 2014.
- JABOR, Arnaldo. Black Blocs são aliados do que há de pior no Brasil. *CBN*, [s.l.], 22 jun. 2013b. Disponível em: <http://cbn.globoradio.globo.com/comentaristas/arnaldo-jabor/2013/11/22/BLACK-BLOCS-SAO-ALIADOS-DO-QUE-HA-DE-PIOR-NO-BRASIL.htm>. Acesso em: 27 jul. 2014.
- JABOR, Arnaldo. Comentário na televisão. [S.l.], [2013c]. Disponível em: <http://globo.tv.globo.com/rede-globo/jornal-da-globo/v/arnaldo-jabor-fala-sobre-onda-de-protestos-contr-aumento-nas-tarifas-de-onibus/2631566/>. Acesso em: 27 jul. 2014.

- JABOR, Arnaldo. De repente, o Brasil virou um mar. *CBN*, [s. l.], 18 jun. 2013d. Disponível em: <http://cbn.globoradio.globo.com/comentaristas/arnaldo-jabor/2013/06/18/DE-REPENTE-O-BRASIL-VIROU-UM-MAR.htm>. Acesso em: 27 jul. 2014.
- JABOR, Arnaldo. Democracia não é permitir a barbárie. *CBN*, [s. l.], 26 maio 2014a. Disponível em: <http://cbn.globoradio.globo.com/comentaristas/arnaldo-jabor/2014/05/26/DEMOCRACIA-NAO-E-PERMITIR-A-BARBARIE.htm>. Acesso em: 28 jul. 2014.
- JABOR, Arnaldo. Falta rumo aos protestos no Brasil. *CBN*, [s. l.], 9 maio 2014b. Disponível em: <http://cbn.globoradio.globo.com/comentaristas/arnaldo-jabor/2014/05/09/FALTA-RUMO-AOS-PROTESTOS-NO-BRASIL.htm>. Acesso em: 28 jul. 2014.
- JABOR, Arnaldo. Greves no Brasil revelam o baixo nível de cultura política que ainda temos. *CBN*, [s. l.], 23 maio 2014c. Disponível em: <http://cbn.globoradio.globo.com/comentaristas/arnaldo-jabor/2014/05/23/GREVES-NO-BRASIL-REVELAM-O-BAIXO-NIVEL-DE-CULTURA-POLITICA-QUE-AINDA-TEMOS.htm>. Acesso em: 27 jul. 2014.
- JABOR, Arnaldo. Manifestações contra a Copa do Mundo devem cair no vazio. *CBN*, [s. l.], 13 jun. 2014d. Disponível em: <http://cbn.globoradio.globo.com/comentaristas/arnaldo-jabor/2014/06/13/MANIFESTACOES-CONTRA-A-COPA-DO-MUNDO-DEVEM-CAIR-NO-VAZIO.htm>. Acesso em: 28 jul. 2014.
- JABOR, Arnaldo. O que pode esvaziar o Passe Livre? *CBN*, [s. l.], 21 jun. 2013e. Disponível em: <http://cbn.globoradio.globo.com/comentaristas/arnaldo-jabor/2013/06/21/O-QUE-PODE-ESVAZIAR-O-PASSE-LIVRE.htm>. Acesso em: 27 jul. 2014.
- JABOR, Arnaldo. País não vai mudar com um ‘passe livre de magia’. *CBN*, [s. l.], 24 jun. 2013f. Disponível em: <http://cbn.globoradio.globo.com/comentaristas/arnaldo-jabor/2013/06/24/PAIS-NAO-VAI-MUDAR-COM-UM-PASSE-LIVRE-DE-MAGICA.htm>. Acesso em: 27 jul. 2014.
- JABOR, Arnaldo. Redução das passagens de ônibus é tímida tentativa de aquietar os manifestantes. *CBN*, [s. l.], 20 jun. 2013g. Disponível em: <http://cbn.globoradio.globo.com/comentaristas/arnaldo-jabor/2013/06/20/REDUCAO-DAS-PASSAGENS-DE-ONIBUS-E-TIMIDA-TENTATIVA-DE-AQUIETAR-OS-MANIFESTANTES.htm>. Acesso em: 27 jul. 2014.
- JABOR, Arnaldo. Se derem moleza, tudo vira pó. *CBN*, [s. l.], 19 jun. 2013h. Disponível em: <http://cbn.globoradio.globo.com/comentaristas/arnaldo-jabor/2013/06/19/SE-DEREM-MOLEZA-TUDO-VIRA-PO.htm>. Acesso em: 27 jul. 2014.
- KAISER, Brittany. *Manipulados: como a Cambridge Analytica e o Facebook invadiram a privacidade de milhões e botaram a democracia em xeque*. Rio de Janeiro: Harper Collins, 2020.
- KROPOTKIN, Piotr. *Os princípios anarquistas e outros ensaios*. São Paulo: Hedra, 2007.
- KROPOTKIN, Piotr. *Palavras de um revoltado*. São Paulo: Imaginário, 2005.



- LOCATELLI, Piero. *#Vempruarua: as Revoltas de Junho pelo jovem repórter que recebeu passe livre para contar a história do movimento*. São Paulo: Companhia das Letras, 2013. (Breve Companhia Ensaio).
- LÖWY, Michel. O movimento passe livre. *Blog da Boitempo*. São Paulo, 23 jan. 2014. Blogue. Disponível em: <http://blogdaboitempo.com.br/2014/01/23/o-movimento-passe-livre/>. Acesso em: 20 jul. 2014.
- LUDD, Ned (org.). *Urgência das ruas: Black Bloc, Reclaim The Streets e os dias de ação global*. [S. l.]: Coletivo Sabotagem, 2002. Disponível em: <https://we.riseup.net/assets/70965/Urgencia-Das-Ruas-Coletivo-Baderna.pdf>. Acesso em: 5 ago. 2014.
- MAGALHÃES, Juan Filipe Loureiro. *Terror nas entrelinhas: o conceito de terrorismo como um discurso de poder político e suas apropriações ideológicas*. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em História Comparada, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2017.
- MARICATO, Erminia *et al.* *Cidades rebeldes: passe livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil*. São Paulo: Boitempo: Carta Maior, 2013a.
- MARICATO, Erminia *et al.* Quando novíssimos atores entram em cena conquistas inesperadas acontecem. *Blog da Boitempo*. São Paulo, 5 set. 2013b. Blogue. Disponível em: <http://blogdaboitempo.com.br/2013/09/05/quando-novissimos-atores-entram-em-cena-conquistas-inesperadas-acontecem/>. Acesso em: 20 jul. 2014.
- MENDES, Igor. *A pequena prisão*. São Paulo: N-1 Edições, 2017.
- MÉSZÁROS, István. *O poder da ideologia*. São Paulo: Boitempo, 2004.
- MIGUEL, Luis Felipe. A democracia domesticada: bases antidemocráticas do pensamento democrático contemporâneo. *Dados*, Rio de Janeiro, v. 45, n. 3, p. 483-511, 2002.
- MISSE, Michel (coord.). *“Autos de resistência”: uma análise dos homicídios cometidos por policiais na cidade do Rio de Janeiro (2001-2011)*. Relatório de pesquisa. Rio de Janeiro: UFRJ, 2011. Disponível em: [https://fopir.org.br/wp-content/uploads/2017/04/PesquisaAutoResistencia\\_Michel-Misse.pdf](https://fopir.org.br/wp-content/uploads/2017/04/PesquisaAutoResistencia_Michel-Misse.pdf). Acesso em: 1 dez. 2023.
- MORAES, Wallace de. “A palavra ‘liberalismo’ nos dá a falsa ideia de defender a liberdade. Deveríamos chamar de ‘proprietarismo’”. [Entrevista cedida a] Roberto de Martin. *Carta Capital*, [s. l.], 31 mar. 2022. Disponível em: <https://www.cartacapital.com.br/entrevistas/a-palavra-liberalismo-nos-da-a-falsa-ideia-de-defender-a-liberdade-deveriamos-chamar-de-proprietarismo/>. Acesso em: 1 dez. 2023.
- MORAES, Wallace de. 2013: Revolta dos governados (ou para quem esteve presente, Revolta do vinagre). Rio de Janeiro: Via Verita, 2018a.
- MORAES, Wallace de. A amnésia seletiva da elite branca e o espólio do 13 de maio. *Le Monde Diplomatique*, [s. l.], 17 maio 2023a. Disponível em: <https://diplomatique.org.br/a-amnesia-seletiva-da-elite-branca-e-o-espolio-do-13-de-maio/>. Acesso em: 1 dez. 2023.



- MORAES, Wallace de. A cobertura antipopular da mídia no Brasil contemporâneo. *Observatório do Trabalho na América Latina*. Rio de Janeiro, 14 maio 2013. Disponível em: <http://www.otal.ifcs.ufrj.br/a-cobertura-antipopular-da-midia-no-brasil-contemporaneo/>. Acesso em: 20 jul. 2014.
- MORAES, Wallace de. A necrofilia colonialista outrocida no Brasil. *Revista Estudos Libertários*, Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, edição Especial n. 1 – Análise dos efeitos da pandemia de covid-19, p. 11-29, 20 abr. 2020a. Disponível em: <https://revistas.ufrj.br/index.php/estudoslibertarios/article/view/34104>. Acesso em: 1 dez. 2023.
- MORAES, Wallace de. A respeito do aniversário da ditadura civil-militar no Brasil – uma crítica anarquista. *Observatório do Trabalho na América Latina*. Rio de Janeiro, 25 abr. 2014. Disponível em: <http://www.otal.ifcs.ufrj.br/a-respeito-do-aniversario-da-ditadura-civil-militar-no-brasil-uma-critica-anarquista/>. Acesso em: 20 jul. 2014.
- MORAES, Wallace de. As origens do necro-racista-Estado no Brasil – crítica desde uma perspectiva decolonial & libertária. *Revista Estudos Libertários*, Rio de Janeiro, 11 maio 2020b. Disponível em: <https://revistas.ufrj.br/index.php/estudoslibertarios/article/view/39358>. Acesso em: 1 dez. 2023.
- MORAES, Wallace de. Crítica à estadolatria: contribuições da filosofia anarquista à perspectiva antirracista e decolonial. *TEOLITERARIA – Revista de Literaturas e Teologias*, [s.l.], v. 10, n. 21, p. 54-78, 10 out. 2020c.
- MORAES, Wallace de. Estado mínimo contra a fase histórica camaleônica do estado capitalista: um estudo da teoria neoliberal de Robert Nozick. In: PIRES FERREIRA, Lier; GUANABARA, Ricardo; JORGE, Vladimyr Lombardo (orgs.). *Curso de Ciência Política: grandes autores do pensamento político e contemporâneo*. Rio de Janeiro: Elsevier/Campus, 2008.
- MORAES, Wallace de. *Governados por quem?*. Diferentes plutocracias nas histórias políticas de Brasil e Venezuela. Curitiba: Prismas, 2018b.
- MORAES, Wallace de. Historicídio e as necrofilias colonialistas outrocidas – uma crítica decolonial libertária. *Observatório do Trabalho na América Latina*. Rio de Janeiro, 5 out. 2020d. Disponível em: <https://otal.ifcs.ufrj.br/uma-critica-decolonial-libertaria-historicidio-e-as-necrofilias-colonialistas-outrocidas-ncos/>. Acesso em: 1 dez. 2023.
- MORAES, Wallace de. O 13 de maio é uma data a ser celebrada no país? Não. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 12 maio 2023b. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/opiniao/2023/05/o-13-de-maio-e-uma-data-a-ser-celebrada-no-pais-sim.shtml>. Acesso em: 1 dez. 2023.
- MORAES, Wallace de. Para quem sabe ler, um pingô é letra. *Le Monde Diplomatique Brasil*, [s.l.], 23 out. 2018c. Disponível em <https://diplomatique.org.br/pr-a-quem-sabe-ler-um-pingo-e-letra/>. Acesso em: 6 nov. 2018.

- MORAES, Wallace de. Poliarquia em “4 d” – R. Dahl, R. Michels, Teoria da Escolha Racional e uma provocação mais que democrática. *Revista de Direito da Unigranrio*, Duque de Caxias, v. 2, n. 1, 2009. Disponível em: <https://publicacoes.unigranrio.edu.br/index.php/rdugr/issue/view/48>. Acesso em: 1 dez. 2023.
- MOVIMENTO PASSE LIVRE – São Paulo. Não começou em Salvador, não vai terminar em São Paulo. In: MARICATO, Erminia *et al.* *Cidades rebeldes: passe livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil*. São Paulo: Boitempo: Carta Maior, 2013.
- MUSSE, Ricardo. A potência das manifestações de rua. *Blog da Boitempo*. São Paulo, 10 jul. 2013. Blogue. Disponível em: <http://blogdaboitempo.com.br/2013/07/10/a-potencia-das-manifestacoes-de-rua/>. Acesso em: 20 jul. 2014.
- NOELLE- NEUMANN, Elisabeth. *La espiral del silencio: opinion publica nuestra piel social*. Barcelona: Paidós, 1995.
- OLIVEIRA, Francisco de. “As manifestações não foram nada demais”, diz o sociólogo Francisco de Oliveira. [Entrevista cedida a] Ricardo Galhardo. *Último Segundo*, [s. l.], 7 jul. 2013. Disponível em: <http://ultimosegundo.ig.com.br/politica/2013-07-07/as-manifestacoes-nao-foram-nada-demais-diz-o-sociologo-francisco-de-oliveira.html>. Acesso em: 20 jul. 2014.
- PROUDHON, Pierre Joseph. A propriedade é um roubo – e outros escritos anarquistas. Porto Alegre: L&PM, 2001.
- RANCIÈRE, Jacques. *Ainda se pode falar de democracia?* Lisboa: Ymago, 2014.
- SANTANA, Guilherme Xavier. Ocupa Tudo: uma interpretação libertária do movimento de ocupações escolares em 2016 no Rio de Janeiro. In: COLÓQUIO TERRITÓRIO AUTÔNOMO, 3., 2016, Rio de Janeiro. *Anais [...]*. Rio de Janeiro: UFRJ, 2016.
- SANTOS, Fabiano. Primavera brasileira ou outono democrático? *Insight Inteligência*, [s. l.], ed. 62, 2014. Disponível em: <https://inteligencia.insightnet.com.br/primavera-brasileira-ou-outono-democratico/>. Acesso em: 20 jul. 2014.
- SANTOS, Wanderley Guilherme dos. A nova era da violência. *Carta Maior*, [s. l.], 2014. Disponível em: <http://www.cartamaior.com.br/?/Editoria/Politica/A-nova-era-da-violencia/4/30257>. Acesso em: 3 ago. 2014.
- SILVA, Evander de Oliveira. O movimento Rolezinho. *JusBrasil*. [S. l.], [2014]. Disponível em: <https://evanderoliveira.jusbrasil.com.br/artigos/152053538/o-movimento-rolezinho>. Acesso em: 27 jul. 2014.
- SIMAS, Luciana. *Direito à maternidade e (des)encarceramento feminino no Brasil: perspectivas éticas e jurídicas da punição criminal*. Tese (Doutorado) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2018.



- SIMAS, Luciana; MORAES, Wallace de. As máscaras do Estado repressor: a criminalização dos movimentos sociais no Brasil. *Passagens: Revista Internacional de História Política e Cultura Jurídica*, Niterói, v. 8, n. 1, p. 102-121, 28 jan. 2016.
- SINGER, André. Rebellion in Brazil. *New Left Review*, Londres, v. 85, p. 19-37, jan./fev. 2014.
- TAYLOR, Chris. Facebook e seu novo algoritmo: a distopia total. *Outras Palavras*, São Paulo, 17 jan. 2018. Disponível em: <https://outraspalavras.net/comunicacao-2/facebook-e-seu-novo-algoritmo-a-distopia-total/>. Acesso em: 3 jul. 2018.
- THOREAU, Henry. *A desobediência civil*. Porto Alegre: L&PM Pocket, 1997.
- TOMAZINE, Eduardo. Não vai ter protesto: evolução tática da repressão durante a Copa. *Blog da Boitempo*. São Paulo, 4 jul. 2014. Blogue. Disponível em: <https://blogdaboitempo.com.br/2014/07/04/nao-vai-ter-protesto-evolucao-tatica-da-repressao-durante-a-copa/>. Acesso em: 3 jul. 2018.
- VAINER, Carlos. Mega-eventos, mega-negócios, mega-protestos. *Blog da Boitempo*. São Paulo, 2 set. 2013a. Blogue. Disponível em: <http://blogdaboitempo.com.br/2013/09/02/mega-eventos-mega-negocios-mega-protestos/>. Acesso em 27 jul. 2014.
- VAINER, Carlos. Quando a cidade vai às ruas. In: MARICATO, Erminia *et al.* *Cidades rebeldes: passe livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil*. São Paulo: Boitempo: Carta Maior, 2013b.
- ŽIŽEK, Slavoj *et al.* *Occupy: movimentos de protesto que tomaram as ruas*. São Paulo: Boitempo, 2012.
- ŽIŽEK, Slavoj. Problemas no paraíso. In: MARICATO, Erminia *et al.* *Cidades rebeldes: passe livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil*. São Paulo: Boitempo: Carta Maior, 2013.